

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONAE/2022 E CONAE/2024: concepções, formação e condições de trabalho dos professores da EE

Sandra Regina de Oliveira de Souza - UFGD

sandrasouza@ufgd.edu.br

Andréia Nunes Militão – UEMS/UFMGD

andreiamilitao@uems.br

Introdução

O presente trabalho analisa as concepções de inclusão presentes nas Conferência Nacional de Educação CONAE/2022 e CONAE/2024. Almeja-se identificar nos documentos supracitados aspectos atinentes à formação e às condições de trabalho dos professores que atuam na modalidade de Educação Especial (EE).

A pesquisa é conduzida por uma abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental, o que permite uma análise crítica da documentação. A intenção é elucidar interesses, natureza, conceitos-chave e a lógica interna do documento, seguindo as orientações de Cellard (2008).

Desenvolvimento

As regressões na agenda nacional, que tiveram início durante o Governo Temer (2016-2018) e foram intensificadas no Governo Bolsonaro (2019-2022), destacaram políticas, programas e ações de cunho neoliberal e ultraconservador.

No contexto específico da Educação Especial, a proposta de substituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) pela Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, estabelecida pelo Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 proposta pelo Governo Bolsonaro é um exemplo claro de disputa de concepções.

A PNEEPEI/2008 busca garantir a educação inclusiva, enquanto a política de 2020 representou um retrocesso, voltando à concepção de segregação, sendo revogada nos primeiros atos do Governo Lula em janeiro de 2023.

Outra estratégia política para dismantelar o setor educacional, visando claramente restringir a participação de entidades representativas de setores essenciais da educação, no Fórum Nacional de Educação (FNE), ocorreu por meio da Portaria nº 577, de abril de 2017, emitida pelo Ministério da Educação, estabeleceu novas diretrizes para a composição do FNE, resultando na exclusão arbitrária de nove entidades como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Isso representa, conseqüentemente, a dissolução

de um espaço democrático destinado à construção do Plano Nacional de Educação (PNE), um espaço conquistado por lutas históricas.

Em uma entrevista concedida para a revista Poli em 2023, Mirian Alves, diretora fiscal da ANPED, descreve o episódio e destaca que a decisão do governo, tomada sem aviso prévio, pegou as entidades de surpresa. Ela salienta que a nomeação anterior para o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi revogada, sendo substituída por novos indicados. Mirian Alves caracteriza esse cenário como "aparelhamento". Segundo a entrevistada, as entidades que deixaram o FNE, seja por imposição governamental ou em solidariedade, já estavam elaborando um documento para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2018. Diante da constatação de que os canais de diálogo estavam completamente bloqueados, essas entidades decidiram criar o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e começaram a organizar suas próprias conferências.

O PNE configura-se como uma política de Estado importante na determinação de diretrizes e metas a serem alcançadas em uma década e a realização periódica das CONAE, a partir de 2010, visa garantir a efetiva participação democrática na formulação do PNE, envolvendo representantes de diversos setores sociais.

A CONAE 2022 ocorreu de 29 novembro a 01 de dezembro de 2022 de forma online, centrada na temática "INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira". As discussões foram orientadas pelo documento, que abordou os temas propostos pelo FNE, organizados em três eixos.

Diversos delegados e pesquisadores apresentaram várias denúncias relacionadas à CONAE 2022. Entre elas, destacam-se o desrespeito à legislação que assegura a ampla participação da sociedade, problemas durante a participação virtual (Passos, 2023).

Após a eleição do Presidente Lula, houve um aumento nas demandas por uma participação mais democrática de diversos setores na elaboração de políticas públicas. Isso conduziu à retomada de iniciativas de participação social, incluindo plenárias e conferências nacionais em várias áreas. No âmbito educacional, as reivindicações destacaram a necessidade de reestruturação democrática do FNE e a convocação extraordinária da CONAE para a elaboração do PNE para a próxima década (2024-2034) (Passos, 2023, p. 29).

A CONAE/2024 ocorrerá de 28 a 30 de janeiro de 2024 no formato presencial, foi convocada de maneira extraordinária através do Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023, abordando o tema "Plano Nacional de Educação (2024-2034) - política de Estado para assegurar a educação como um direito humano, promovendo justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável". As discussões foram orientadas pelo documento de referência, que

abordou os temas propostos pela novo FNE, constituído por sete eixos fundamentais indicando diretrizes, proposições, estratégias e ações que afirmam que PNE como epicentro de políticas educacionais. Esses eixos evidenciam a abordagem abrangente da conferência em relação aos desafios e metas educacionais a serem enfrentados pelo Brasil na próxima década.

As CONAE apresentam diferentes enfoques em seus eixos temáticos. Enquanto a CONAE/2022 prioriza a avaliação das diretrizes e metas do PNE, com destaque para a tecnologia e conectividade na educação, a CONAE/2024 amplia suas discussões para abordar temas como direitos humanos, inclusão, diversidade, gestão democrática, valorização dos profissionais da educação, financiamento público, e a responsabilidade social e ambiental da educação.

Analisando as os documentos referência, notamos diferenças significativas nas ênfases dadas a certos termos-chave. No texto da CONAE/2024, a frequência da expressão "educação especial", é notavelmente maior, ocorrendo 39 vezes e presentes em todos os eixos, enquanto as referências específicas à "Educação Especial na Perspectiva Inclusiva" somam 2 ocorrências. A expressão "educação inclusiva" é mencionada 13 vezes, a "formação de professores" é destacada 21 vezes, e as "condições de trabalho docente" aparecem 16 vezes.

No documento da CONAE/2022, apesar de ter como temática "Inclusão e Equidade", registra uma frequência bastante reduzida da expressão "educação especial", com apenas 3 ocorrências. De forma surpreendente, não são encontradas menções específicas à "Educação Especial na Perspectiva Inclusiva" ou à "educação inclusiva". A "formação de professores" é mencionada 5 vezes, e as "condições de trabalho" dos docentes são destacadas em 7 ocorrências.

Ao analisar a participação democrática e representativa da sociedade civil, é evidente o envolvimento de representantes de diversos setores na CONAE/2024. Comparativamente, o número de membros no FNE responsáveis pela proposição dos documentos de referência aumentou de 37 na CONAE/2022 para 49 na CONAE/2024. Essa análise evidencia uma mudança de enfoque entre as duas conferências, sugerindo uma maior participação e atenção à educação especial na perspectiva inclusiva, a formação de professores e as condições de trabalho docente na CONAE/2024 em comparação com a 2022. No entanto, a ausência de referências específicas à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva ou à educação inclusiva na CONAE/2022, evidencia distintas concepções de inclusão entre as duas conferências.

Considerações Finais

Os documentos referência das CONAE, revela o embate ideológico que permeia o campo da Educação Especial e da participação democrática. A reversão de avanços conquistados, destaca a influência de agendas políticas ultraconservadoras na formulação de diretrizes educacionais.

As CONAE desempenham papel crucial para a democracia, mas a crítica em relação à CONAE/2022 aponta para lacunas significativas em sua representatividade e eficácia, enfraquecendo sua legitimidade como impulsionadora do PNE. A convocação extraordinária da CONAE/2024, em resposta a demandas por maior participação democrática, sugere um reconhecimento das limitações anteriores.

A mudança de enfoque na CONAE/2024, com destaque para a educação especial na perspectiva inclusiva, formação de professores e condições de trabalho docente, é um avanço para discussões que serão realizadas na CONAE/2024.

REFERÊNCIAS

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CONAE. **Documento Referência**, Brasília, 2022. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/conae2022/documentos/DOCUMENTO_REFERENCIA_CONAE_2022_APROVADO_30_07.pdf . Acesso em 17 jan. 2024.

CONAE. **Documento Referência**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em 17 jan. 2024.

PASSOS, Juliana. A CONAE QUE (NÃO) ACONTECEU: Modelo da quarta edição da Conferência Nacional de Educação foi decidido às pressas e coloca em xeque sua legitimidade. **Poli**, edição 87, janeiro de 2023, p. [26-29].